



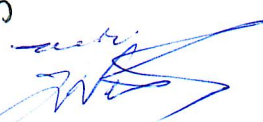
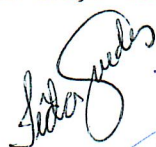
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A T A

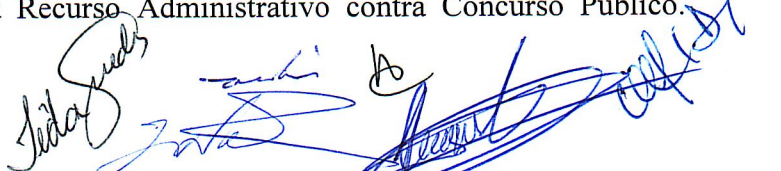
1 **ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO,**
2 **PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ,**
3 **REALIZADA NO DIA DEZ DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ.** No décimo dia do mês
4 de junho de dois mil e dez, às quinze horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Deliberativos
5 da Administração Superior, localizada no 3.º andar do Prédio da Reitoria, Cidade
6 Universitária Profº José da Silveira Netto, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará,
7 reuniu-se, sob a presidência do Magnífico Reitor, Carlos Edílson de Almeida Maneschky, o
8 Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão com a presença dos seguintes membros:
9 João Cauby de Almeida Junior, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; José
10 Carlos Cunha, representando o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Maria Lúcia
11 Harada, representando a Pró-Reitora de Ensino de Graduação; Erick Nelo Pedreira, Pró-
12 Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Fernando Arthur de Freitas Neves,
13 Pró-Reitor de Extensão; Edson Ortiz de Matos, Pró-Reitor de Administração; Flávio Sidrim
14 Nassar, Pró-Reitor de Relações Internacionais; Lia Braga Vieira, representante docente do
15 Instituto de Ciências da Arte; Maria José de Souza Barbosa, representante docente do
16 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Vera Lúcia Jacob Chaves, representante docente do
17 Instituto de Ciências da Educação; Midori Makino, representante docente do Instituto de
18 Geociências; Myriam Crestian Chaves da Cunha, representante docente do Instituto de letras
19 e Comunicação; Ernani Pinheiro Chaves, representante docente do Instituto de Filosofia e
20 Ciências Humanas; Iêda Maria Louzada Guedes, representante docente do Instituto de
21 Ciências Biológicas; Marly de Fátima Carvalho de Melo, representante docente do Instituto
22 de Ciências da Saúde; Débora David das Neves, representante da Escola de Aplicação; José
23 Nazareno Araújo dos Santos, representante docente do Instituto de Estudos Costeiros; Ana
24 Paula Vidal Bastos, representante docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Carlos
25 Alberto Corrêa Dias, representante do *Campus* de Bragança; Celiane Sousa Costa,
26 representante docente do *Campus* de Breves; Francisco Ribeiro da Costa, representante
27 docente do *Campus* de Marabá; João Francisco Ribeiro Negrão, representante docente do
28 Campus de Tucuruí; Apolinário Alves Filho, Cleide Raiol Nascimento, Eliana Maria dos
29 Santos, Paula Teixeira de Mendonça e Raquel Trindade Borges, representante dos
30 Servidores Técnico-Administrativos; Rosimê da Conceição Meguins, representante da
31 ADUFPA. Justificaram suas ausências, na forma regimental, Doriedson do Socorro
32 Rodrigues, representante docente do Campus de Cametá, Eliana Maria dos Santos,
33 representante docente do Hospital Universitário João de Barros Barreto e Tadeu Oliver
34 Gonçalves, representante docente do Instituto de Educação Matemática e Científica. 1.
35 **ABERTURA:** Com a palavra, o Sr. Presidente saudou a todos os presentes e deu início à
36 sessão. 2. **LEITURA DO EXPEDIENTE.** Não houve. 3. **COMUNICAÇÕES.** 1) Proc. n.
37 **016450/2010. Assunto: Curso de Especialização em Linguagens e Culturas na**
38 **Amazônia – Bragança. Interessado: Campus de Bragança. Relatora: Ana Paula Vidal**
39 **Bastos. 2) Proc. n. 002138/2010. Assunto: Curso de Especialização em Língua**
40 **Portuguesa: Uma abordagem Textual. Interessado: Instituto de Letras e Comunicação**
41 **– ILC. Relatora: Ana Paula Vidal Bastos. 3) Proc. n. 039281/2009. Assunto: Curso de**
42 **Especialização em Educação e Desenvolvimento Regional. Interessado: Campus de**
43 **Tocantins. Relatora: Vera Lúcia Jacob Chaves.** Com a palavra, a Conselheira Vera Jacob

comunicou, como forma de reivindicação, a necessidade de que o Reitor tome providências para o fato da Coordenação do Mestrado em Letras não cumprir a determinação do CONSEPE, referente ao processo dos Professores Günter Karl Pressler e Regina Cruz. Com a palavra, a Conselheira Myriam Crestian respondeu à Conselheira Vera Jacob que o referido processo chegou em seu Instituto no dia 01 de junho, e que o secretário a procurou para as providências, no que a mesma pediu que se esperasse o retorno do Prof.º Sílvia Holanda. No entanto, o mesmo foi acometido de enfermidade, permanecendo internado até a data desta reunião. Disse que na segunda-feira deveria haver uma reunião extraordinária, que não foi realizada por providências, constantes na pauta, que não poderiam ser resolvidas pela Vice-Coordenadora, e que uma nova reunião seria marcada, onde o recredenciamento constante no processo seria acatado. Disse que estava admirada com a urgência expressada pelos interessados, principalmente pelo Prof. Günter Pressler. Em seguida, o Sr. Presidente passou ao Processo n. 016450/2010, referente a Curso de Especialização em Linguagens e Culturas na Amazônia – Bragança. Não havendo destaques, o mesmo teve parecer aprovado. Ainda com a palavra, o Sr. Presidente passou ao Processo n. 002138/2010, referente ao Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Uma abordagem Textual. Não havendo destaques, o mesmo teve parecer aprovado. Em seguida, passou ao Processo n. 039281/2009, referente ao Curso de Especialização em Educação e Desenvolvimento Regional. Interessado: Campus de Tocantins. Não havendo destaques, o mesmo teve parecer aprovado. **4. PROPOSIÇÕES.** Não houve. **5. ORDEM DO DIA. 5.1 Processos em Fase de Apresentação. Câmara de Ensino de Graduação (CEG).** 1) Proc. n. 040359/2009. Assunto: Projeto Político do Curso Licenciatura Plena em Geografia – PARFOR. Interessado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) / Faculdade de Geografia e Cartografia. Relatora: Marlene de Medeiros Freitas. 2) Proc. n. 010606/2010. Assunto: Reintegração ao Curso de Oceanografia. Interessada: Flaviana Livia Feiler. Relatora: Marlene de Medeiros Freitas. 3) Proc. n. 016597/2010. Assunto: Projeto Político do Curso de Física a Distância. Interessado: ICEN. Relatora: Marlene de Medeiros Freitas. Comissão Especial de Estudo da Resolução n. 3.480. Proc. n. 006737/2009. Assunto: Proposta de Alteração da Resolução n. 3.480/2006, sobre Planos Acadêmicos. **5.2 Processos em Fase de Julgamento. Câmara de Ensino de Graduação (CEG).** 1) Proc. n. 019988/2008. Assunto: Projeto Político do Curso (PPC) de Letras – Licenciatura em Língua e Literatura Inglesa. Interessado: Campus Universitário de Marabá. Relatora: Marlene de Medeiros Freitas. 2) Proc. n. 023568/2009. Assunto: Recurso Administrativo contra Concurso Público. Interessado: Elias Sacramento. Relator: Tadeu Oliver Gonçalves. **5.3 Recomposição das Câmaras: Câmara de Ensino de Graduação; Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação; Câmara de Extensão; Câmara de Educação Básica e Profissional.** Assumindo a palavra, o Sr. Presidente apresentou o Processo n. 040359/2009, referente ao Projeto Político do Curso Licenciatura Plena em Geografia – PARFOR. Após a leitura do parecer, foi aprovada a quebra de interstício. Com a palavra, a Conselheira Vera Jacob indagou a respeito do percentual quanto ao funcionamento dos módulos presencial e a distância do referido curso, e à CPPG indagou sobre o trâmite dos demais cursos de especialização, mais especificamente no que se refere aos Projetos Pedagógicos. Assumindo a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver disse é indiscutível a importância do curso, tendo em vista a carência de professores na área. Disse que o percentual é em torno de 13% para os não-presenciais. Com a palavra, a Conselheira Lúcia Harada disse que as orientações estão sendo obedecidas na análise de todos os Projetos Pedagógicos. Disse que a Coordenação Geral do PARFOR resolveu reunir pessoas para auxiliar as faculdades na adequação desses Processos Pedagógicos. Em seguida, o parecer foi disposto em votação, sendo aprovado pelos Conselheiros. Em seguida, o Sr. Presidente passou ao Processo n. 010606/2010, referente à Reintegração ao Curso de Oceanografia. Após a leitura do parecer, foi solicitada dispensa de interstício, que foi acatada pelos Conselheiros. Com a palavra, a Conselheira Midori Makino disse que se

96 depender apenas do TCC para dar à interessada mais um semestre, acha razoável, mas que
97 se levar em conta que a aluna entrou em 2002, e que em 2007 acabou o tempo máximo de
98 permanência da mesma no curso. Tomando a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver disse que
99 o SIAC foi consultado, e que o que é relevante não é o período em que a interessada entrou
100 na UFPA, mas que falta apenas uma disciplina para a mesma. Com a palavra, o Conselheiro
101 Jorge Pinheiro indagou se deve ser usado o princípio da razoabilidade em pessoas que não
102 defenderam a sua dissertação de mestrado e que cursaram todos os créditos. Assumindo a
103 palavra, o Conselheiro Ernani Chaves disse foi dado o prazo à aluna para elaborar o TCC, o
104 qual a mesma não pode fazer por motivo de saúde. Disse que, por esse motivo, não se pode
105 dizer que a interessada apenas deixou de fazer o TCC. Disse que lhe parece que as formas de
106 negociação e razoabilidade estão cada vez mais problemáticas e cada vez menos razoáveis.
107 Disse, ainda, que a analogia não é com a pessoa que foi desligada do mestrado, faltando
108 cumprir créditos, mas daquela a que resta apenas a dissertação final, tendo ainda a
109 disposição do prazo de seis meses pela CAPES. Disse que os regimentos são facultados para
110 dar o prazo de até um ano e meio a tais casos. Com a palavra, o Sr. Presidente dispôs o
111 parecer para votação pelos Conselheiros. O mesmo foi aprovado. Dando prosseguimento à
112 reunião, o Sr. Presidente passou ao Processo n. 016597/2010, referente ao Projeto Político
113 do Curso de Física a Distância. Após a leitura do parecer, foi solicitada a dispensa de
114 interstício. Com a palavra, a Conselheira Vera Jacob indagou o porquê do pedido de
115 dispensa. Em resposta, o Prof.º Tadeu Oliver disse que é porque os cursos estão próximos de
116 começar. Em seguida, o pedido de quebra de interstício foi aprovado pelos Conselheiros, e o
117 processo disposto em discussão. Com a palavra, a Conselheira Vera Jacob indagou quanto
118 tempo o curso possui de sistema presencial, como está caracterizada a atividade de extensão
119 e como se dará a prática a distância. Com a palavra, a Conselheira Lúcia Harada disse que
120 todos os cursos de graduação são semipresenciais. Com a palavra, a Conselheira Vera Jacob
121 disse que gostaria de manifestar-se a respeito desse curso em especial. Disse que, se for feito
122 um levantamento, vai se descobrir que mais de 50% dos alunos de Física não conseguem
123 concluir o curso dentro do tempo destinado. Disse que os alunos do Ensino Médio têm muita
124 dificuldade de compreender a Física nessa etapa, e que existem casos de professores que tem
125 o domínio do conhecimento, mas que não conseguem fazer esse aluno compreender a Física,
126 dada a sua complexidade. Em seguida se perguntou como se daria então o ensino dessa
127 disciplina na modalidade a distância, e por que não se abria então um curso presencial.
128 Concluiu dizendo que é contra a aprovação desse curso, e que a Universidade tem que fazer
129 uma avaliação dos cursos a distância, para ver se de fato tem que se continuar com essa
130 política. Assumindo a palavra, a Conselheira Lúcia Harada disse que os índices de evasão e
131 de retenção são resultantes de uma série de fatores, dentre os quais o próprio desempenho do
132 professor. Disse que vê com um pouco de cautela essa questão de não aprovar o curso,
133 devendo antes se feita uma análise dos cursos a distância por meio do desempenho no
134 ENADE. Disse que o que está sendo analisado então é o Projeto Pedagógico, posto que a
135 proposta de oferta do curso já foi aprovada neste CONSEPE. Com a palavra, o Conselheiro
136 Flávio Sidrim disse que discorda da Prof.ª Vera Jacob quando esta diz que a Física ou a
137 Matemática são difíceis. Disse que o problema é a didática utilizada para ensinar a Física e a
138 Matemática, e que a utilização da tecnologia pode ser de grande utilidade para uma nova
139 abordagem da aquisição do conhecimento. Assumindo a palavra, o Conselheiro Jorge
140 Pinheiro disse ficar preocupado com os dados sobre a evasão, posto que ainda haja uma taxa
141 muito alta disso. Em seguida, propôs que se trouxessem ao CONSEPE os dados referentes
142 ao primeiro Concurso da Licenciatura em Matemática. Com a palavra, o Conselheiro
143 Fernando Arthur disse que, na fronteira do conhecimento, a Universidade não é capaz de
144 formular a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que utilize a ferramenta mais veloz
145 que hoje media as relações. Disse que, se isso não for feito, a Universidade se torna
146 conservadora. Disse que muitos dos raciocínios que estavam sendo reproduzidos na
147 discussão acabavam carregando na força dos preconceitos. Em seguida indagou se a



148 Universidade iria conformar um único modelo. Disse que o problema estava justamente
149 nisso. Disse, ainda, que se deveria acreditar que é possível ter outras modalidades que não
150 apenas a presencial, e que o investimento que precisa ser feito para diagnosticar problemas e
151 apontar perspectivas de avaliação e de solução precisam ser dados dentro de uma discussão
152 acadêmica muito séria e profunda, que não faça a relação de que toda vez que a modalidade
153 se torna virtual, ela tenderá a ser pior. Assumindo a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver
154 disse que sempre foi a favor dos cursos de licenciatura. Disse que a evasão dos cursos a
155 distância não é tão diferente dos cursos presenciais, estando por volta de 35% a 40%, e que
156 partindo dessa premissa deveriam ser fechados todos os cursos. Disse que é preciso que se
157 faça uma avaliação urgente dos cursos da UFPA. Disse que os cursos de física e matemática
158 são inadequados para formar professores do ensino básico. Em seguida, apelou para que o
159 Conselho aprovasse a proposta do curso, em função da precariedade de professores da área
160 no estado, principalmente no interior. Com a palavra, a Conselheira Midori Makino disse
161 que a evasão dos cursos a distância é pouquíssima, desde 2004. Assumindo a palavra, o
162 Conselheiro Ernani Chaves disse que é preciso haver o acompanhamento e a avaliação dos
163 resultados. Disse que as decisões do Conselho devem ser mais informadas. Disse que é
164 preciso se confrontar com o desafio, para que possa se falar de dentro. Ainda com a palavra, o
165 Conselheiro Ernani Chaves reforçou que é preciso avaliar o ensino a distância, e não apenas
166 aprovar no Conselho. Com a palavra, a Conselheira Rosimê Meguins disse que essa
167 precariedade no quadro docente das disciplinas chamadas “duras” se deve a uma maior
168 formação na área do bacharelado que da licenciatura. Disse que lhe chama a atenção que os
169 cursos a distância têm sido recorrentemente ofertados para o interior, onde se diz ter mais
170 dificuldade, e que esses cursos são alvo de avaliação constante. Disse que lhe parece haver
171 uma polarização de quem é contra e quem é a favor só por ser. Com a palavra, a Conselheira
172 Vera Jacob disse que quando se refere à utilização de ferramentas velozes, isso é
173 maravilhoso no discurso e seria muito bom se acontecesse de fato. Disse que os Cursos de
174 Mestrado e Doutorado de seu Instituto, com todos os problemas, recebeu nota 4,0. Disse que
175 o problema é que a nossa realidade e os recursos são insuficientes para que se possa fornecer
176 à população os equipamentos e os instrumentos necessários para que ela possa ter acesso.
177 Assumindo a palavra, o Sr. Presidente disse a discussão deixou de lado a questão do PP de
178 Física a Distância, para discutir modalidade de ensino a distância. Disse que os problemas
179 maiores são a infraestrutura e a possibilidade de se ministrar o curso ou não na referida
180 modalidade. Disse, ainda, que está comprovado que Física é curso perfeitamente possível de
181 ser ministrado na modalidade a distância. Disse que, em relação ao serviço de 0800, o
182 Canadá a muito tempo ministrava curso a distância por correspondência. Disse que, no que
183 diz respeito à taxa de evasão, não há nenhuma relação no fato de que, se na modalidade
184 presencial esta é grande, na modalidade a distância será maior. Em seguida, o Sr. Presidente
185 dispôs o parecer para votação, pelos Conselheiros, tendo o mesmo sido aprovado. Dando
186 prosseguimento à reunião, passou-se ao Processo n. 006737/2009, referente à Proposta de
187 Alteração da Resolução n. 3.480/2006, sobre Planos Acadêmicos. Com a palavra, a
188 Conselheira Vera Jacob leu o relatório referente ao processo, ressaltando em seguida que a
189 Comissão Especial, após receber as propostas de alteração da Resolução das Unidades, não
190 fez nenhuma alteração, apesar de concordar com várias delas. Disse que assim procederam
191 por achar melhor que houvesse a discussão e a deliberação das possíveis alterações à cerca
192 da mesma no CONSEPE. Após a apresentação do referido Processo, a Conselheira Vera
193 Jacob propôs a fixação de uma Reunião Extraordinária, tendo como único ponto de pauta a
194 Proposta de Alteração da Res. n.3480. Após discussão, foi acatada a proposta da
195 Conselheira. Em seguida, o Sr. Presidente passou a outro item da pauta, o Processo n.
196 019988/2008, referente ao Projeto Político do Curso (PPC) de Letras – Licenciatura em
197 Língua e Literatura Inglesa. Posteriormente, o parecer foi disposto em votação pelos
198 Conselheiros, sendo aprovado. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente passou ao
199 Processo n. 023568/2009, referente a Recurso Administrativo contra Concurso Público.



Com a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver disse que, no que diz respeito aos concursos onde se exige o título de doutor, estes estão provocando a sua própria reprovação, e não as bancas. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que, nesse sentido, deve ser feito o uso da razoabilidade para aprovação dos candidatos. Em seguida, o parecer foi disposto para votação pelos Conselheiros, tendo sido aprovado. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente passou ao próximo ponto de pauta, referente à Recomposição das Câmaras: Câmara de Ensino de Graduação; Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação; Câmara de Extensão e Câmara de Educação Básica e Profissional. Para a vaga docente existente na Câmara de Ensino de Graduação, foi indicada e empossada a Prof.^a Iêda Maria Louzada Guedes; para a vaga docente existente na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, foi indicada e empossada a Prof.^a Midori Makino; para as duas vagas docentes existentes na Câmara de Extensão, foi indicada e empossada apenas a Prof.^a Maria José de Souza Barbosa e para a vaga docente existente na Câmara de Educação Básica e Profissional, foi indicada e empossada a Prof.^a Débora David das Neves. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às 17h10min, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após aprovada, vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais presentes.